

MUKWEGE, Dr. Denis. **A força das mulheres**: Como a resiliência feminina me ensinou a acreditar num mundo melhor. Lisboa: Penguin Random House Grupo Editorial Portugal, 2021. Edição do Kindle.

P. William Felipe Zacarias – Sapiranga/RS

Resenha

Em sua introdução, Denis Mukwege aborda a raridade e até a perplexidade que é um homem se dedicar à causa dos direitos das mulheres. Muitos podem ver esse trabalho como horrível e outros podem demonstrar um pouco de empatia. Inclusive, Denis foi questionado por uma funcionária superior da ONU em Nova Iorque sobre porque ele estava indo falar dos direitos das mulheres congolezas – e não as próprias mulheres? A resposta de Denis é que seu papel tem sido o de contribuir para fazer ouvir a voz daquelas que, por serem marginalizadas, não têm a oportunidade de contarem sua própria história.

Como médico, as terríveis circunstâncias da República Democrática do Congo o obrigaram a se especializar no tratamento de lesões provocadas pelo abuso sexual. No Congo, o estupro é usado como uma arma de guerra para tirar pessoas de suas terras com o objetivo de minerá-las. Denis escreve o livro na esperança de que o Ocidente possa se envolver para encontrar a paz e a justiça que o povo congolês tão desesperadamente deseja.

O médico também explicou terminologias usadas no livro. **Pacientes** são todas as pessoas que por ele foram tratadas; **vítima** é uma palavra problemática, pois é associada à fraqueza; **sobrevivente** é o termo utilizado para designar as pessoas que viveram a experiência sexual – embora também essa palavra tenha seus limites.

Ainda na introdução, Denis explica que os últimos capítulos do livro apresentam formas de combater a violência contra as mulheres. O primeiro passo, segundo ele, é que **mulheres e homens** quebrem o silêncio sobre o assunto. Embora o seu livro seja sobre mulheres, não se destina apenas a mulheres. Ele diz: “**As mulheres não podem resolver o problema da violência sexual sozinhas; os homens têm de fazer parte da solução**” (p. 10). Em seu entendimento, os homens ainda têm muita influência em organizações, entidades e estados. Por

isso, todos devem se envolver pelo fim da violência contra as mulheres. Um dos caminhos, segundo ele, está na **forma de educar os rapazes para evitar a perpetuação do ciclo destrutivo das relações de gênero que relega as mulheres para a posição de cidadãs de segunda categoria.**

1. Coragem de mãe

O capítulo 1 aborda o contexto histórico da década de 1950 no Congo. Denis nasceu em 1955. Enquanto seu pai, pastor, estava viajando, sua mãe passou pelo parto do Denis amparada por uma vizinha.

Alguns dias após o parto, Denis começou a ter problemas de saúde. O menino foi levado a um hospital católico, mas o atendimento foi-lhe negado por serem protestantes. Segundo Denis, a Igreja Católica foi um dos pilares do sistema colonial belga, juntamente com a administração estatal.

Então, à noite, quando sua mãe já acreditava que não haveria mais nada a fazer, um dos vizinhos (não se sabe quem foi) chamou uma missionária Sueca chamada Majken Bergman. Ela chegou à casa e prometeu ajudar. Levando a criança ao hospital católico, a missionária disse às freiras que caso não atendessem o bebê, seriam responsáveis por sua morte. Então, elas atenderam a criança imediatamente e ele logo melhorou. Mais tarde, Denis foi a Estocolmo receber um prêmio e fez questão que Majken, já bastante idosa, estivesse presente,

Sobre a fé, Denis acredita que fomos criados por Deus; porém, Denis não acredita em destino, mas que temos liberdade para tomar nossas próprias decisões.

Passando a falar sobre sua cidade natal, Bukavu, Denis destaca que é uma cidade com muitos recursos minerais abaixo do seu solo. Denis faz lindas descrições sobre a geografia e a paisagem de Bukavu.

Sua infância foi marcada pelo acompanhamento do seu pai e da sua mãe. Conforme a igreja de seu pai crescia, também melhorou a condição de vida da família – mas nada que possa ser chamado de “luxuoso”.

Denis abordou também o contexto político da independência do Congo e como a Bélgica deixou o país completamente despreparado para tal independência. Com a independência, os europeus foram embora, permanecendo a população local empobrecida.

Algo a se destacar é como o sistema colonial belga provocou alterações nas relações de gênero em Kaziba. Segue a citação literal:

Os europeus trouxeram consigo um novo sistema monetário que, aos poucos, substituiu a economia de troca direta, cujos principais meios de troca eram os produtos agrícolas e as cabeças de gado. No antigo sistema, as mulheres eram responsáveis por armazenar e gerir a produção agrícola anual do agregado familiar, de acordo com as fortes tradições matriarcais da comunidade.

Com a introdução do franco congolês, em 1887, o poder económico foi progressivamente transferido para os homens. A administração do dinheiro passou a ser encarada como uma competência masculina (...). As mulheres perderam o poder de outrora enquanto gestoras dos recursos da família. (p. 30).

O pai de Denis foi o primeiro pastor congolês de Bukavu. Denis viu a violência pela primeira vez quando um pastor sueco, colega de seu pai, foi retirado à força da igreja por militares suecos que queriam sua deportação. Com a situação dolorosa da independência, a família precisou partir sem saber se conseguiriam regressar. Então, em 1967, sua casa foi bombardeada por engano por um avião da Força Aérea Congolesa, matando dois jovens amigos da família.

Denis destaca que seu pai sempre tratava às outras pessoas com compaixão. Um dia, Denis, ainda pequeno, e seu pai pastor foram visitar uma família pobre onde havia uma criança gravemente doente. O pai de Denis orou pela criança. Denis, porém, ficou intrigado e disse: “Paizinho, porque não deste um remédio àquela criança como fazes comigo quando estou doente?” (p. 39). Seu pai respondeu: “Faço aquilo que sei, rezo”, replicou. “As pessoas que dão os remédios, os *mugangas*, receberam formação para o fazer. É o trabalho delas”. (p. 39). Foi então que Denis respondeu: “**Nesse caso, eu vou ser um muganga**”. (p. 39). Muganga = médico.

2. Uma crise sanitária feminina

Neste capítulo, o autor relata sua formação em medicina e os primeiros desafios enfrentados na profissão. Inicialmente, Denis trabalhou em um hospital dirigido pela Missão Pentecostal Sueca. Havia vários edifícios no hospital e era o único estabelecimento que assegurava serviços de saúde aos 120 mil habitantes de uma região pobre e inóspita.

Só então – por causa da insistência de sua mãe – é que Denis foi estudar medicina. Após seis anos, foi parar em Lemera. Ele relata que não havia cuidados pré-natais e que muitas mães davam à luz em casa. Aliás, o autor destaca muito bem que a vida das mulheres era um dado adquirido e, aparentemente, desvalorizada. As mulheres são tratadas como cidadãs de segunda classe desde que nascem. Segundo a tradição, o transporte de cargas pesadas era outra incumbência das mulheres. Elas não podiam contar com a compaixão e simpatia da sociedade. Muitas dessas mulheres morriam de hemorragia na hora do parto. Denis diz: “O espectro da morte pairava constantemente no nosso trabalho. Lutávamos com todas as forças para o manter longe”. (p. 45). E então, Denis contou quando ficou sozinho responsável como diretor clínico do hospital inteiro por quatro dias. Foi ali que ele vivenciou o drama da medicina em Lemera.

Em Lemera, Denis desenvolveu uma admiração pelas mulheres das comunidades da cidade atendida; também sentia raiva pelo abandono a que eram colocadas, pois o governo não lhes garantia as instalações e os serviços necessários para terem os filhos em segurança. E ainda havia o machismo. Denis diz: “A morte durante o parto era um dos muitos riscos que se esperavam que as mulheres enfrentassem em silêncio e sem qualquer reconhecimento. Os homens desconheciam os riscos envolvidos”. (p. 51). Os pais não participavam em nada no parto. E mesmo após o parto, os homens eram relutantes em cuidar dos próprios filhos. Denis diz que esse padrão se repete em quase todas as sociedades patriarcais. Mulheres, quando enfermas, são abandonadas; homens, quando enfermos, são sempre acompanhados por mulheres.

Das páginas 53 a 56 o autor traz à tona vários dados estatísticos sobre a mortalidade infantil, a mortalidade de mulheres no parto e o racismo em várias partes do mundo, inclusive nos Estados Unidos onde as mulheres negras e latino-americanas são estatisticamente as que mais sofrem o abandono e com a precariedade do atendimento na hora do parto.

Na sequência do livro, Denis conta como conheceu e se casou com sua esposa, Madeleine. Não irei resumir toda essa história, embora seja bem interessante e empolgante.

Denis foi estudar Medicina na França onde surpreendeu seus professores pelo seu grau de experiência. Denis destaca: “Durante o tempo em que trabalhei em França, nunca vi uma mulher morrer devido a complicações durante o parto. Nem uma”. (p. 61). Ao final dos cinco anos de formação, Denis tinha de fazer uma escolha: ou ficar na França ou retornar ao Congo (que naquele momento, por causa do ditador Mobutu, se chamava Zaire). Denis aponta outras estatísticas sobre a quantidade de médicos de países subdesenvolvidos que estão trabalhando em países desenvolvidos – gerando escassez de profissionais nos países mais pobres.

Voltando a Lemera, Denis se tornou diretor do hospital da cidade. Contribuiu para a criação de um curso de formação para parteiras da região, que permitia prestar cuidados às mulheres que viviam em zonas distantes. Também foi construída uma pequena escola de formação de pessoal de enfermagem no hospital. Conforme o autor, em pouco tempo havia à disposição o pessoal necessário. E conforme o trabalho se aperfeiçoava, as taxas de mortalidade materna começaram a baixar, gerando também um menor recebimento de mães em estado grave. Denis sentiu que tomou a decisão certa ao retornar para Lemera.

3. Crise e resiliência

No capítulo 3, o autor aborda a chocante história de violência no Congo na década de 1990. Havia recém-construído um hospital com financiamento das Comunidades de Igrejas Pentecostais da África Central. O hospital não chegou a ser inaugurado, pois logo já havia pacientes a atender – mesmo que equipamentos e medicamentos ainda nem estivessem devidamente organizados.

O autor afirma que os anos de 1993 e 1999 foram marcados pelo sofrimento e a incerteza. Havia um violento conflito que opunha dois principais grupos étnicos da Ruanda – os Hutus e os Tutsis. Hutus eram a população majoritária; Tutsis eram os proprietários de terras, pertencentes à classe aristocrática. Após a independência em 1962, realizaram-se eleições e os Hutus conquistaram o poder político pela primeira vez. De 1963 a 1973, a Ruanda foi de novo um palco de atos de violência contra os Tutsis – massacres descritos por alguns historiadores como **genocídio**.

Então, na década de 1990, a região foi assolada por novas tensões entre os dois grupos étnicos, levando ao assassinato do primeiro Presidente eleito do País, de etnia Hutu, por oficiais do Exército tutsi, e depois na Ruanda, em abril de 1994, com a morte de dois presidentes hutu. Denis diz que “essa foi a faísca que serviu de rastilho ao genocídio ruandês”. (p. 71). Segue outra citação: “As paixões humanas, na sua manifestação mais perversa e destruidora, foram deixadas à solta: o rancor instigou o crime, o crime ateou a vingança e as matanças, as violações e a tortura em massa”. (p. 71). Segundo o Tribunal Penal Internacional, entre 800 mil e um milhão de pessoas perderam a vida no mais famigerado episódio de extermínio em massa do último quartel do sanguinolento século XX.

No hospital em que Denis atuava, começaram a chegar homens, mulheres e crianças de etnia Hutu e Tutsi com ferimentos terríveis ao hospital no Congo. O autor diz que “alguns foram degolados e outros perderam as mãos ou os pés, arrancados a golpes de machete”. (p. 72).

Conforme o autor, o período do genocídio ruandês, que ficou conhecido pela expressiva designação “cem dias de loucura”, durante a qual os Tutsis foram chacinados pelos Hutus, terminou quando um exército rebelde tutsi, chefiado por Paul Kagame e denominado Frente Patriótica da Ruanda, derrubou os extremistas Hutus, que ocupavam o poder, e instaurou um

governo multiétnico de unidade nacional. Contudo, isso não marcou o fim do morticínio, mas o início de uma nova fase. Agora, os alvos eram os responsáveis pelo genocídio: soldados e oficiais do Exército, políticos e autoridades locais, bem como elemento da milícia responsável pelas piores atrocidades.

Muitos criminosos do genocídio fugiram para o Congo, juntamente com cerca de 1,5 milhões de refugiados ruandeses. O ambiente do hospital se tornou tenso. Alguns militares do Congo quiseram enviar guardas para o hospital, nervosos com a possibilidade de o hospital prestar cuidados de saúde aos rebeldes. Denis, porém, recusou e insistiu que aquele era um espaço neutro, desarmado, que acolheria todas as pessoas, independentemente da origem étnica ou antecedentes.

Denis se convenceu que o hospital estava a salvo de algum ataque. Mas estava enganado. E escapou por pouco. David, seu amigo, contraiu uma infecção em um dos pés. Denis tomou a decisão de evacuá-lo, para evitar que a infecção o levasse a uma amputação. Denis levou seu amigo de carro pela estrada que corta o vale entre Lemera e Bukavu. O hospital foi atacado em 06 de Outubro de 1996, matando trinta pacientes. Os que fugiram para a floresta foram perseguidos e massacrados. Três enfermeiros perderam a vida. Um outro foi obrigado a transportar todos os suprimentos médicos até uma povoação situada nas imediações num dos veículos do hospital. Concluída a tarefa, foi assassinado a sangue-frio. O hospital foi transformado em um campo militar.

Conforme o autor, o massacre no hospital foi o prelúdio da invasão do Congo em grande escala pelos rebeldes. A invasão ficou conhecida como a Primeira Guerra do Congo. Primeiramente, Denis ficou em casa com sua esposa Madeleine e filhos. Entretanto, um jovem agente dos serviços de informações militares foi a sua casa informar-lhe que precisava fugir, pois o nome de Denis havia sido equivocadamente mencionado como possível espião. Denis diz: “Era absurdo e irracional, mas eu sabia que, em alturas de pânico, disparates como esses podiam custar vidas”. (p. 77).

Denis e sua família viajaram escondidos até um aeroporto. Várias pessoas que tentavam fugir eram abatidas de imediato. Denis então telefonou para um colega, Roland, um sueco que trabalhava para a sua igreja no leste do Congo e que tinha apanhado um avião na semana anterior, estando a salvo. Roland concordou em enviar um avião por intermédio da Mission Aviation Fellowship, uma organização que presta apoio a grupos de ajuda humanitária geridos

pela igreja. Quando o avião chegou, Denis e a família entraram e logo o ronco dos motores voltou a soar. Denis diz: “Uma vez no interior do avião, senti um grande alívio mas também medo e tristeza profunda pela minha cidade natal que, um dia depois, seria tomada pelos rebeldes e pelas forças ruandesas”. (p. 79).

A iminência de um desastre humanitário era evidente. Muitas pessoas fugiam de Bukavu para Kisangani, uma cidade localizada a 650 quilômetros a noroeste. Meio milhão de pessoas se deslocavam com pouca comida ou água.

Os rebeldes e seus apoiadores estrangeiros avançaram de leste a oeste durante mais de sete meses, massacrando pelo caminho dezenas de milhares de civis hutus e congolezes.

Na sequência, Kabila, o chefe dos rebeldes, um velho revolucionário comunista que trabalhou com Che Guevara, foi investido como presidente. Denis viveu no Quênia durante um ano, voltando após a se dedicar à crise dos refugiados no Congo, procurando chamar a atenção para o desastre humanitário que ali se desenrolava. Após um tempo, Kabila agradeceu aos vizinhos que moravam no Congo por toda a ajuda prestada, mas pediu que se retirassem do país. Duas semanas mais tarde, o Congo foi de novo invadido, iniciando a Segunda Guerra do Congo. A justificativa oficial foi a mesma da primeira guerra: a Ruanda pretendia aniquilar os extremistas hutus escondidos no Congo.

Foi nesse contexto que se iniciou o trabalho em Panzi. No começo, o hospital eram algumas tendas. Eram melhores do que nada. Era preciso começar de alguma forma. E foi ali que começou o atendimento a vítimas de violações sexuais. **Os relatos de Denis são chocantes, entristecedores e assustadores.** Denis diz: “Sabia que a capacidade dos homens para infligir sofrimento aos seus semelhantes não conhecia limites”. (p. 86). Ele diz também: “A violência sexual era uma realidade no Congo, como o é em todas as sociedades onde os homens detêm o poder social e político e as mulheres são tratadas como objetos e cidadãs inferiores”. (p. 86). Denis, porém, faz questão de eliminar o preconceito, pois há pessoas no Ocidente que consideram o Congo a “capital mundial do estupro” por causa das pessoas negras, quando, na verdade, na I e II Guerras Mundiais e na Guerra do Vietnã, Ocidentais brancos também violentavam muitas mulheres.

Denis procurou demonstrar empatia às sobreviventes. “Sentia que fazia parte das minhas funções procurar entender o sofrimento das pacientes. Ouvia-as e esforçava-me por demonstrar compreensão. Além disso, também precisava de perceber o tipo de lesões que tratava”. (p. 88).

Ele diz também:

Algumas foram alvejadas de propósito nos órgãos genitais. Os estupradores enfiavam o cano das armas na vagina da vítima e premiam o gatilho. Outros usavam paus, objetos pontiagudos ou empurravam pedaços de plástico incandescente para dentro do seu corpo. Uma mulher foi obrigada a agachar-se em cima de uma grelha de churrasco, o que provocou queimaduras graves.

Com frequência, eram violadas na presença dos maridos e, por vezes, dos filhos. Ocasionalmente as crianças eram obrigadas a participar na agressão – sob ameaça de morte. (p. 89).

Aqui vai mais uma citação:

O abuso sexual causa danos psicológicos profundos e é interiorizado de um modo diferente de outros tipos de agressão física. A violência sexual é um ataque ao mais íntimo de nós. A perda do controlo dos nossos órgãos genitais provoca uma grande perturbação mental e um sentimento de humilhação que todos os torcionários compreendem.

A sensação de violação também gera com frequência uma profunda perda de confiança nos outros seres humanos, como se a mais elementar de todas as regras da nossa existência comum – que evitaremos magoar-nos uns aos outros de um modo gratuito – fosse infringida. Deitadas nas suas camas, as minhas pacientes interrogavam-se em voz alta sobre a razão pela qual o agressor agiu com tanta crueldade, indiferente aos seus apelos e sofrimentos. (p. 89-90).

Denis afirma que em 2000, o primeiro ano de funcionamento pleno do hospital, foram operadas 135 mulheres. Estatísticas afirma que mais de 400 mil mulheres eram violadas no Congo todos os anos. Para o autor, o número não lhe parece exagerado ou irrealista, pois, conforme ele, cerca de 60 mil sobreviventes de violência sexual foram tratadas em Panzi desde a sua inauguração. Em Goma, já foram tratadas cerca de 30 mil mulheres.

O cenário devastador começou a afetar a psiquê do médico. “Muitas vezes chorava com elas. Descobri que os homens que não conseguem chorar costumam ser os mais perigosos”. (p. 92). Então, em 2001, foi instituído um novo sistema. Não existiam psicólogos clínicos na região, mas houve uma terapeuta ocupacional que decidiu ajudar. Assim, foi dada formação a algumas mulheres mais experientes da equipe de enfermagem. Denis diz: “O que lhes faltava em educação formal sobrava-lhes em compaixão, experiência e disponibilidade para escutar”. (p. 93).

A parte final do capítulo conta a história de uma mulher cujo pseudônimo é Bernadette, uma mulher violada por jovens soldados ruandeses. Um deles enfiou o cano da arma em sua vagina

e disparou. Ajudada por uma mulher mais velha, Bernadette conseguiu chegar ao hospital, mesmo agonizando de tanta dor. Foi operada quatro vezes. Recuperou-se, mas foi abandonada pelo seu marido. “Depois de tudo o que sofreu, encontrar um sentido para a vida afigurar-se-ia difícil”. (p. 100). Mas ela conseguiu. Decidiu ajudar outras pessoas e trabalha no Hospital Panzi. Não quer ela que outros passem pela agonia e pela dor que ela mesma passou.

Denis afirma que nenhuma das mulheres casadas internadas nas enfermarias do Hospital Panzi recebe a visita dos maridos. A maioria é repudiada e acaba por passar à condição de divorciada. **Muitas vezes elas mesmas são responsabilizadas pela agressão.** Muitas vezes, são também rejeitadas pelos próprios pais e ostracizadas pela comunidade. Por viverem sozinhas, muitas vezes são assediadas por outros homens que as consideram promíscuas e alvos fáceis.

Denis diz:

A esmagadora maioria das mulheres dos países ocidentais não denuncia as agressões sexuais, em grande medida por recear o modo como irá passar a ser olhada. As que o fazem, veem os seus motivos e comportamento sistematicamente postos em causa. Sobre elas recaem suspeitas de terem, de algum modo, encorajado ou contribuído para a agressão sexual através do seu comportamento ou da maneira de vestir. (p. 102).

Denis diz também: Em todas as sociedades, a censura, a culpa e a responsabilidade pela violência sexual têm de ser transferida das mulheres para os agressores. É o perpetrador, e não a vítima, que tem de pagar o preço”. (p. 104).

4. Sofrimento e poder

O capítulo 4 passa pela vida de Wamuzila. Denis afirma que uma em cada três mulheres congoleesas é analfabeta. O mesmo se repete na história de Wamuzila. Ela foi capturada na sua aldeia durante um ataque noturno da milícia chamada Forças Democráticas para a Libertação do Ruanda (FDLR) em 2001. Ela foi imobilizada no chão e violada; em seguida, foi levada à floresta e amarrada em uma árvore como um anila. Os membros da milícia a usavam a seu bel-prazer. Wamuzila esteve nestas condições por quase um ano. A tortura só terminou quando engravidou dos agressores – não porque tiveram compaixão dela, mas porque para eles, ela deixou de ser útil como escrava sexual. E ela ainda era adolescente.

No momento do parto, ela não conseguiu expelir o bebê que ficou com a cabeça presa. Seus abusadores seguiram o caminho, deixando-a para trás. Com dor e dificuldade, ela conseguiu chegar a uma aldeia. O bebê morreu. Ela foi acolhida pela ajuda médica dos Médicos sem Fronteiras que a encaminharam a Panzi, hospital em que Denis atuava.

Wamuzila teve que ser operada quatro vezes. Recuperou-se bem. Denis diz que ela

cantava com entusiasmo durante o serviço religioso celebrado diariamente, às sete da manhã, no pátio junto ao meu gabinete. Eu observava-a, ciente da sua história cruel e maravilhado com a sua recuperação, quando me detinha alguns minutos para ouvir as orações e os cânticos, o meu ritual matinal antes de começar a trabalhar. (p. 114).

Quando Wamuzila se recuperou, precisava retornar à sua aldeia de origem – o que a deixou apavorada. Resistiu à primeira tentativa, mas partiu na segunda. “O mundo exterior era hostil. [Elas] Sabiam que, quando regressarem a casa, seriam vistas como não merecedoras de compaixão, solidariedade e apoio, mas como estranhas, portadoras de infortúnio e até de azar”. (p. 116).

As relações com o Estado Congolês eram precárias. Não havia ajuda estatal para o hospital. Dependiam de ajudas do exterior. Quando Denis ganhou o Prêmio Sakharov pelo Parlamento Europeu e o Nobel da Paz em 2018, pediu que o dinheiro fosse endossado à Fundação Panzi. Um dia após os fundos terem sido depositados no Congo, a conta bancária da Fundação foi congelada pelas autoridades fiscais locais. Advogados reverteram o congelamento, mas a Fundação não conseguiu recuperar nem um centavo.

Ao ir palestrar em Nova Iorque, Denis conheceu a dramaturga feminista Eve Ensler que se tornou uma importante parceira no angariamento de recursos para a Fundação. Mais tarde, Eve foi ao Congo. Contou sua própria história de violência sexual quando criança e ouviu as histórias das mulheres no Hospital.

Em meio à visita de Eve, Wamuzila foi de novo hospitalizada. Havia sido capturada uma segunda vez e submetida a atrocidades idênticas. Agora, além de meningite, também estava com AIDS. Wamuzila sentiu como se Denis e o hospital a tivessem traído quando a mandaram de volta à aldeia. No hospital, ela foi acolhida, abraçada e amada.

Foi assim que se percebeu a necessidade de um local que pudesse acolher essas mulheres após o tratamento hospitalar. Queriam uma casa-refúgio. A UNICEF acabaria por assumir um compromisso de financiamento de um milhão de dólares. Criou-se, então, a City of Joy cujo lema escrito na parede de entrada é “**Transformar a dor em poder**”. As próprias mulheres ajudaram na construção, sendo pedreiras fantásticas e empenhadas.

A City of Joy foi inaugurado em fevereiro de 2011 com cerca de 3000 pessoas presentes.

Queríamos que se tornassem agentes de mudança com poder para marcar a diferença. Quando deixassem o hospital, cada finalista tornar-se-ia educadora e ativista, alterando as percepções existentes da aparência e capacidades de uma sobrevivente de violência sexual. (p. 131).

Assim,

a casa-refúgio é um oásis de tranquilidade, um refúgio, um espaço de harmonia que faz da guerra travada para lá dos seus portões uma mera recordação longínqua. O nosso objetivo é sarar as feridas do espírito e restabelecer o corpo. Muitas mulheres estão subnutridas quando chegam, mas saem mais fortes e saudáveis.

Depois de serem admitidas na casa-refúgio, as sobreviventes frequentam uma série de cursos. Eu leciono um módulo sobre gênero e anatomia feminina. Muitas vezes, começo por perguntar às formandas quantas têm orgulho em serem mulheres. Uma pequena minoria levanta o braço. Em média, cerca de 80% dizem que preferiam ter nascido homens. “Se fosse homem, podia ter-me protegido”, alegam.

Muitas apontam a vagina como a origem de todo o seu sofrimento. Associam-na a tudo o que correu mal. “Foi por causa *dela* que fui violada”, afirmam. O problema está nas suas vaginas e não nos agressores ou no comportamento das pessoas que as rodeiam. A vagina é igualmente a explicação para a falta de oportunidades de vida e o sentimento de rejeição. (p. 132-133).

Por isso, a aceitação do próprio corpo é trabalhada na casa-refúgio. **A vergonha e a desonra devem recair sempre no perpetrador e nunca na vítima.**

Assim, cada mulher cumpre seu papel na casa-refúgio, contribuindo para a modificação das pessoas que estão à sua volta. O sofrimento é transformado em força. Centenas de mulheres concluíram a sua formação depois de meses de psicoterapia, formação profissional e escolaridade.

Infelizmente, Wamuzila faleceu pouco antes da inauguração da casa-refúgio, não resistindo às consequências da AIDS. Mas, segundo Denis, seu legado permanece vivo.

5. Por palavras suas

A primeira frase do capítulo é uma pergunta: “Porque violam os homens?” (p. 140). Não é uma pergunta fácil e não existem respostas simples. Por muito tempo, Denis imaginava os perpetradores como simples monstros, criaturas possuídas pelo mal e desprovidas de humanidade. Segundo ele, a desumanização dessas pessoas permitia-lhe pensar que não eram como ele e seus semelhantes.

Foi então que Denis se encontrou cara a cara com um dos homens cujas escolhas violentas eram as causadoras do sofrimento das mulheres atendidas no hospital. Denis disse que ele parecia carregar dentro de si o peso enorme da culpa e da vergonha. Por duas vezes, Denis se negou a conversar com ele. Na terceira vez, aceitou.

O que o jovem queria? Um dinheiro para criar um negócio próprio e se sustentar. No decorrer da conversa, as perguntas de Denis sobre seus pais, sua casa e seu passado incentivaram o jovem a lhe contar sua história. Tudo mudou em sua vida quando ele tinha 12 anos. “Alguns combatentes foram a sua casa e levaram-no. Apontaram-lhe as armas e disseram-lhe que tinha de os acompanhar”. (p. 143). Assim, ele “Foi levado para a floresta e submetido a um ritual de iniciação ao grupo”. (p. 143). Seu comandante lhe prometeu dinheiro (que nunca recebeu) e mais: “E também vais ter mulheres. Todas as que quiseres”. (p. 143). Assim, já na adolescência, por pressão do grupo, passou a participar da violação de mulheres.

A pior parte, porém, está na sua “iniciação” quando os comandantes o obrigaram a mutilar a própria mãe. ““Não tive alternativa”, confessou, a soluçar. “Disseram que me matavam se eu não... Eu era miúdo. O que podia fazer?”” (p. 147). Denis diz:

A história deste jovem dá-nos um vislumbre do que se tem passado no Congo ao longo dos últimos vinte e cinco anos: a utilização generalizada de crianças-soldados explica, em parte, a proliferação de um comportamento tão sádico e extremo. (p. 148).

Assim, Denis aponta a violação como um componente terrível de guerra. Não está falando da violação praticada por soldados em guerras e conflitos. Neste caso, quando a violação é utilizada como arma de guerra, isso significa que é uma violação planejada e com objetivo. É uma tática militar planejada onde as mulheres são propositalmente visadas como forma de

espalhar o terror entre a população inimiga. Além disso, como o território congolês possui muitas pedras preciosas, sendo a capital mundial do cobalto, por exemplo, o abuso sexual é usado como arma para retirar famílias inteiras de suas terras ou aldeias. Se na década de 1990 os abusos aconteciam por questões étnicas, na década de 2000 o abuso sexual era usado por questões econômicas: as riquezas minerais que se formaram ao longo de milhões de anos no subsolo congolês.

Neste contexto, o caos vivido no Congo é um “caos organizado” onde a violação faz parte deste processo de exploração impiedosa. Assim, a promessa de atividade sexual passou a fazer parte do processo de recrutamento para as milícias, como o jovem explicou ao Denis.

Denis lembrou, então, seu discurso de aceitação ao Prêmio Nobel da Paz, em Oslo, em 2018 onde exortou as pessoas presentes a fazerem um exame de consciência sobre os custos humanos envolvidos na fabricação de *smartphone*, carro elétrico ou outros equipamentos, haja visto que os seus componentes elétricos dependem de metais provenientes do Congo. Denis diz: “Fechar os olhos a esta tragédia é ser cúmplice”. (p. 160).

Ao final da conversa com o jovem, quando estavam de pé, frente a frente, Denis soltou a pergunta quase sem-querer: “Porque precisavam de violar com tanta violência?” (p. 164). E então veio a resposta: “**Sabe, nenhum de nós se interroga quando degola uma cabra ou uma galinha. Com as mulheres era o mesmo. Fazíamos com elas o que queríamos**”. (p. 164).

Enfim, o jovem não sentia qualquer arrependimento pelas vidas que tirou e por aquelas que prejudicou. E, no fim, era “uma criança que foi enganada e transformada em assassino depois de ter sido sujeita a uma lavagem cerebral. Os verdadeiros culpados eram os adultos que, de um modo consciente e intencional, o manipularam”. (p. 165). Enfim, “violar mulheres não o incomodou mais do que matar uma cabra ou uma galinha”. (p. 166). Mas, Denis também diz:

a sua atitude não diferia da do empresário de fato e gravata que obriga uma subalterna a ceder a seus avanços, do estudante embriagado que agride uma colega, do pai de família respeitável que viola a mulher ou do produtor de Hollywood que usa a intimidação para forçar as atrizes a manterem relações sexuais com ele. Sempre que um homem comete uma violação, seja qual for a situação ou o país, as suas ações põem em evidência as mesmas convicções: as suas necessidades e desejos são primordiais e as mulheres seres inferiores que podem ser usados e maltratados.

Os homens violam porque consideram que as vidas das mulheres têm menos valor que as suas. (p. 166).

O médico faz também essa sábia constatação:

Quando o perpetrador sai indemne de uma situação de violência sexual a mesma é tolerada, e sempre que uma prática é tolerada acaba por se inscrever na cultura. No Congo, a violação com recurso à violência extrema difundiu-se e enraizou-se entre a população, porque esta tornou-se a forma normalizada de tratamento das mulheres. Todavia, a violência sexual é uma prática normalizada em quase todas as sociedades, em particular em determinadas instituições como as Forças Armadas, as universidades, os estabelecimentos prisionais ou até em Hollywood. (p. 169).

Aqui, o autor também começa a dar indícios sobre o papel dos homens: “Urge, por isso, lutar para **alterar** a maneira como as mulheres são vistas pelos homens e elevá-las da sua posição de cidadãs de segunda categoria, objetos ou propriedade, **à condição de igualdade**”. (p. 171). **Os homens precisam agir *com* as mulheres!**

6. Quebrar o silêncio

Conforme o autor, “o primeiro passo e o mais importante no combate à violência sexual é falar dela” (p. 173). Então, Denis nos conta que em Março de 2006 o hospital recebeu a visita de um oficial da alta patente que ocupava o cargo de chefe de medicina legal do tribunal de Kinshasa, a capital do Congo. Inicialmente, Denis lhe explicou seu trabalho. Entretanto, isso pouco interessou ao oficial. Então, ao dar uma volta pelo hospital, chegaram à ala reservada às sobreviventes de violência sexual. Ali, várias mulheres descreveram de um modo sucinto as agressões que haviam sofrido. Foi então que Witula, com doze anos, tomou a palavra. Ela descreveu em detalhes o abuso sofrido. Foi agarrada por soldados enquanto ia atrás da sua mãe em direção à sua aldeia. Witula ainda nunca havia estado com um homem. Em seu relato, destacou as dores que sentiu: “Doía muito. Pedi-lhes que tivessem pena de mim, implorei-lhes”. (p. 176). Ela mesma não sabia quantos homens a haviam violado. O último esfaqueou-a nos órgãos genitais. Ela foi abandonada em meio ao caminho e foi encontrada por outras mulheres coberta de sangue, já desmaiada. Então, as lágrimas no rosto do oficial já eram visíveis. Em seguida, ele começou a soluçar até que seus joelhos cederam e ele desmaiou. Ao recuperar a consciência, disse: “Foi duro, muito duro. Não imaginava que alguém pudesse tratar uma criança daquela maneira”. (p. 177). Denis chama a atenção sobre um militar não conhecer as atrocidades acontecidas na região.

Enfim, ao falar sobre a violação, Witula conseguiu dar plena expressão ao seu sofrimento. “Witula ignorou a sua condição de “vítima” pobre de uma aldeia rural remota e derrubou aquela figura forte e impotente com a força do seu testemunho”. (p. 179). Esse é o poder das mulheres:

As mulheres possuem uma capacidade de penetrar a aparência frágil dos homens, que se orgulham de projetar uma imagem de força e invulnerabilidade. Estas máscaras machistas são criadas para serem intimidantes, mas podem ser trespassadas. Não resistem à verdadeira força interior. (p. 179).

Neste momento, Denis concluiu que, além de médico, precisava ser um embaixador das pacientes e usar sua posição enquanto diretor do hospital para divulgar as suas histórias tanto quanto possível. Jan-Egeland, o então secretário-geral adjunto das Nações Unidas para Assuntos Humanitários, organizou uma viagem ao Congo e solicitou auxílio na preparação das reuniões. Naquele momento, foi o mais alto funcionário da ONU a conhecer o seu trabalho.

Centenas de mulheres se voluntariaram para falar com Jan, “vendo nele um mediador com ligações a pessoas poderosas capazes de pôr fim ao sofrimento do país”. (p. 180). Ao final, Jan disse: “Como é possível que isto continue a acontecer?” (p. 181). Em seguida, Jan propôs a Denis que fizesse uma viagem a Nova Iorque a fim de fazer uma intervenção na ONU. Quando o dia do discurso chegou, todo o departamento de representantes do Congo na ONU estava vazio. Não havia embaixadores e nem assessores. Assim, tornou-se claro ao Denis que falar em um fórum internacional sobre a situação das mulheres congolezas não era algo bem-visto pelas autoridades do próprio Congo. Denis diz:

O modo como fui tratado na ONU constitui um ensinamento sobre a maneira como as mulheres são muitas vezes acolhidas quando reúnem coragem para denunciar os agressores. É-lhes dito para ficarem caladas, não provocarem escândalo ou causarem embaraços. Nas últimas décadas, têm-se registrado progressos em alguns países, mas o instinto para encobrir, ignorar, desacreditar ou intimidar quem decide falar abertamente continua a ser deprimentemente frequente e permanece muito enraizado.

Quebrar o silêncio em torno da violência sexual em todas as suas manifestações – assédio, violação, incesto – é o primeiro passo para enfrentar o problema. (p. 186).

Ele diz também:

É fundamental romper com este tabu por diversas razões. Em primeiro lugar, o silêncio fomenta a violência. Ficarem caladas cria um ambiente favorável que permite aos homens continuarem a praticar abusos com toda a impunidade. Serve aos interesses deles. (...).

Em segundo lugar, a autocensura impede as mulheres de encontrarem força umas nas outras. No trabalho que realizamos no Congo, atribuímos muita importância à terapia em grupo (...). Através da partilha, as sobreviventes apercebem-se com frequência de que não são as únicas que estão a sofrer, que outras pessoas as acompanham na luta contra a dor, a rejeição e a culpa (...).

Em terceiro lugar, falar pode ser instrutivo para todos, em particular para os homens. Só então podemos dar início ao processo de alteração de políticas públicas, oferecendo uma educação diferente aos rapazes e levando os homens a compreenderem as consequências do abuso sexual, causa frequente de danos psicológicos profundos. (p. 187).

Mas o autor também faz o sábio destaque:

Permitam-me que seja claro: compreendo e respeito a decisão de algumas mulheres de não partilharem a sua experiência. No Panzi, ninguém é obrigado ou pressionado a participar nas sessões de terapia em grupo. Esta não é a abordagem correta para todos. Há uma imensidade de razões que podem motivar alguém a lidar com uma agressão em privado. Ninguém deve ser obrigado a sobrecarregar ainda mais o seu

tormento com um sentimento de culpa por decidir não denunciar o seu agressor. (p. 187-188).

Vivemos em um mundo onde se quer silenciar as vítimas. As sociedades patriarcais aceitam a intimidação – para que as mulheres permaneçam em um estado de terror e obediência muda.

Denis destaca também uma triste estatística: em casos de homicídios, enquanto a maioria dos homens são mortos por estranhos, as mulheres são em grande parte assassinadas por alguém que lhes é próximo – cerca de 58% foram assassinadas por um companheiro ou familiar.

Além disso, “denunciar a violência sexual é um ato perigoso em muitas partes do mundo, pois constitui um desafio aos interesses estabelecidos dos homens”. (p. 197).

Em seguida, o autor destaca também a difícil realidade das mulheres abusadas que engravidam. Boa parte delas rejeitam a criança após o nascimento. Algumas voltam atrás percebendo que a criança também é uma vítima da violência. Atualmente, o hospital tem uma equipe para cuidar das crianças que são rejeitadas pelas mães vítimas de violação. Denis destaca também que há casos terríveis em que mulheres nascidas da violência às suas mães também já são vítimas da violência sexual.

7. A luta pela justiça

Em 2014, Denis chegou ao seu limite. É assim que ele inicia o capítulo. Não bastava apenas atender as sobreviventes das violações; era preciso perguntar onde estava a justiça que nada fazia aos criminosos.

Denis começou a receber muitas vítimas da região de Kavumu onde as violações dispararam em poucos anos. Após tantos atendimentos, decidiu que era a hora de visitar o lugar e ver o que estava acontecendo. Mais de 500 pessoas se acumularam em uma sala em um espaço carregado de emoção desde o início. Quando o microfone foi passado às pessoas, a frustração reprimida irrompeu. “Todos iam dormir sem saber se iriam acordar e descobrir que um dos filhos tinha desaparecido, ou se acordariam sobressaltos com o som de homens armados que arrombavam as portas frágeis das suas casas à procura de outra vítima”. (p. 212).

A denúncia comum era que os culpados nunca eram presos. Uma testemunha disse: “Continuam a fazer o que fazem porque sabem que podem safar-se. Sabem que nada lhes irá acontecer e não irão ter problemas”. (p. 213). Logo se percebeu que o problema não era a falta de coragem da comunidade, mas a falta de um sistema judiciário eficaz. Logo, “mesmo quando quebravam o silêncio para denunciar os crimes contra elas, eram frequentemente ignoradas pela justiça”. (p. 213). Em Kavumu não havia leis. **E onde não há leis os homens mostram a sua pior face.**

Então, alguém de maneira silenciosa denunciou um nome: Frederic Batumike que controlava milícias ativas na região. Alguém “todo-poderoso” que ninguém ousava enfrentar.

A partir da visita ao local, formou-se, então, uma equipe de seis advogados que prestam aconselhamento às sobreviventes sobre os seus direitos legais. Elas são ajudadas nos procedimentos de apresentação de queixa e são acompanhadas nos julgamentos. **É um trabalho fundamental e perigoso.** Assim, o hospital passou a tomar nota dos depoimentos pormenorizados das vítimas e famílias.

Em Março de 2016, investigadores do tribunal militar de Bukavu passaram a ter jurisdição sobre os casos, alegando que a série de violações constituía um crime contra a humanidade. Então, Batumike foi preso em sua casa. Embora inicialmente desdenhasse do julgamento, quando condenado, foi preso aos prantos. Denis afirma que “desde então, não voltei a operar uma

criança oriunda de Kavumu. Não consigo pensar numa demonstração mais poderosa do impacto da justiça”. (p. 218). Assim, em todo o globo há sobreviventes que anseiam que os seus agressores respondam perante a justiça. Porém, a justiça ineficaz leva muitas vítimas a temer pela sua segurança ao fazer uma denúncia.

Na segunda parte do capítulo, Dênis analisa o modo como são julgados os crimes de violência sexual nos países que vivem a paz. Ele pergunta: “Estarão as mulheres mais bem protegidas nos lugares onde existem tribunais e forças policiais funcionais?” (p. 233).

Nos EUA, em cada mil casos de agressão sexual, apenas 230 são comunicados à polícia; na UE, em 2014, apenas 14% dos delitos de natureza eram comunicados à polícia conforme entrevista que ouviu 40 mil mulheres. Denis diz: **“Os crimes de natureza sexual são os mais ocultados e, ao contrário de outras formas de violência, não se encontram em declínio nos países desenvolvidos, conforme têm revelado sucessivos inquéritos”**. (p. 233). Então, o autor arremata: **“Para que mais mulheres quebrem o silêncio e denunciem as suas experiências à polícia, têm de ter confiança de que a sua decisão vai valer a pena”**. (p. 245).

Então, o autor aborda os preconceitos sistêmicos existentes contra as mulheres que buscam a justiça para denunciar a violação sexual. Em civilizações arcaicas, a violação era considerada um crime de adultério ou fornicação. Na Europa medieval, o aperfeiçoamento da legislação levou a que passasse a ser considerada um crime por direito próprio contra as mulheres, mas apenas quando estava em causa a defesa da sua honra:

Apenas as mulheres que tivessem honra – o que excluía as pobres, as prostitutas e as minorias, por exemplo – podiam ser consideradas vítimas de violação. Assim, os tribunais, constituídos por homens, exigiam às mulheres a apresentação de prova de que eram honradas. (...).

Das mulheres, esperava-se que resistissem à agressão, pois que a toda mulher honrada cabia lutar contra o agressor a fim de proteger a reputação (...).

As mulheres solteiras tinham de fazer prova de virgindade antes da agressão. Qualquer experiência sexual anterior excluía-as da condição de vítimas. Os chamados testes de virgindade, sem qualquer fiabilidade – que consistiam na inserção de dois dedos na vagina, a fim de testar a elasticidade da mesma –, eram uma prática comum em quase todos os países da Europa no século XVIII e XIX. (p. 236).

Além disso, achava-se que “as mulheres tinham uma predisposição natural para inventar histórias de agressão sexual contra os homens como ardil para os forçar a casarem com elas, justificar uma gravidez ou apenas porque eram fracas de espírito e dadas à histeria”. (p. 237).

Essa retrospectiva ajuda a entender preconceitos que existem até hoje nos sistemas jurídicos do Ocidente.

Surge, então, a pergunta pelos verdadeiros casos em que a denúncia é falsa. Denis responde: “o número de casos falsos algures entre os 2% e os 10%, segundo o National Sexual Violence Resource Center, sediado nos EUA.” (p. 239). Da mesma forma, o Reino Unido analisou 3527 casos de violação denunciados às autoridades e concluiu que apenas 9% foram considerados falsos.

No mundo todo, houve avanços na legislação. A violação conjugal passou a ser crime, por exemplo; além do ato de penetração não desejado de qualquer orifício – e não apenas da vagina. Porém, a legislação mais avançada do mundo está fundamentada no **conceito de consentimento**, eliminando assim a necessidade de ponderação, pelo júri ou pelo juiz, sobre a eventual existência de violência física. “O consentimento deve configurar a manifestação de vontade livre dos dois parceiros envolvidos”. (p. 240). Em palavras simples, **sim quer dizer sim e não quer dizer não!**

Denis diz:

O primeiro passo para combater a verdadeira epidemia mundial que é a violação é a existência de legislação clara, assente no conceito de consentimento, que reconheça em pleno as mulheres como indivíduos independentes e autónomos. A existência de legislação rígida em matéria de crimes sexuais e de penas de prisão de longa duração pela prática de crime de violação funcionam como um elemento dissuasor e, quando estabelecidas, constituem uma oportunidade para instruir homens e mulheres acerca dos seus direitos e responsabilidades. (p. 242).

Da mesma forma, é necessária maior humanidade por parte dos profissionais que recebem as vítimas das violações:

É fundamental que um agente policial ou um enfermeiro que recebem uma vítima de agressão sexual compreendam o sentimento de vulnerabilidade e possível vergonha da pessoa em causa em relação ao incidente vivido. Uma pergunta mal formulada («Tem a certeza de que...») ou uma atitude insensível («Porque aceitou encontrar-se com ele?») podem reforçar o sentimento frequentemente partilhado pelas vítimas de que foram, de certo modo, responsáveis pelo crime cometido contra elas. (p. 244).

A solução a mais longo prazo passa pela sensibilização dos serviços médicos e policiais, tanto nas zonas rurais como nos principais centros urbanos, dotando-os de conhecimento e meios para acolher as mulheres que os procuram para comunicar uma agressão sexual. (p. 245).

Para fechar o capítulo, o autor faz uma provocação que faço questão de destacar literalmente conforme as suas palavras:

A título meramente argumentativo, vamos imaginar que, de repente, se verificava uma onda de agressões violentas a pênis, causando perturbações psicológicas graves e, por vezes, lesões físicas nas vítimas.

O problema ganhava contornos de tal maneira graves que milhares de homens começavam a apresentar queixa junto das autoridades policiais, que, no entanto, não denotavam o menor interesse em abrir uma investigação. Alguns casos chegavam a tribunal, mas todas as mulheres acusadas saíam em liberdade. Os homens infligiram as lesões a si próprios, concluía os juízes ou os júris. Ao tomarem conhecimento de um número cada vez maior de agressões, os homens começavam a sentir-se vulneráveis.

Seria inadmissível que esta situação não fosse encarada como um escândalo. Haveria manifestações nas ruas. Os políticos desdobrar-se-iam em promessas de «justiça exemplar» para os culpados, penas mais severas e canalização de mais recursos para ações de educação e inquéritos. Os jornais fariam campanhas a exigir a tomada de medidas. (p. 249-250).

8. Reconhecimento e memória

Denis afirma que ainda havia muito trabalho a fazer, principalmente para que a justiça de diferentes países pudesse responder de uma forma mais adequada e sensível às vítimas e na atuação com mais eficácia no que diz respeito ao encarceramento dos violadores.

O médico viajou para Shabunda, uma região ao leste do Congo onde a população em geral foi abandonada pelo Estado que não lhes garante nem mesmo o acesso a água potável e eletricidade. Do alto, através do helicóptero da ONU, Denis viu os campos dos rebeldes, onde grupos de homens se moviam com impaciência – certamente planejando o próximo ataque.

Ao pousar em um local seguro, as mulheres que ali estavam correram à sua direção. Embora a missão fosse apenas se encontrar com as vítimas e fazer um levantamento das suas necessidades no que dizia respeito a indenizações, os testemunhos começaram a surgir como uma torrente. Foram realizadas reuniões em sete pontos distintos da região, e, conforme o autor, de todas as reuniões foram retirados ensinamentos sobre a barbárie do conflito e a coragem das vítimas.

Nos testemunhos, era comum ouvir a indignação para com o Estado. Mulheres que dão à luz, criam os filhos e trabalham, mas que são humilhadas. Uma delas disse: “Quero é que o Presidente venha aqui e peça desculpa em público. Quero que venha aqui e reconheça o nosso sofrimento e os crimes que foram cometidos contra nós”. (p. 258). Ela não ansiava por vingança, mas queria a paz, escolas onde os filhos pudessem aprender ou novas igrejas que ajudassem a comunidade a voltar a reunir-se. Enfim, reconhecimento! Queria ser reconhecida e ouvir um pedido de desculpas por não ter sido protegida. Mas, o presidente Kabila fez o oposto: negou, encobriu e ameaçou quem procurasse chamar a atenção para a crise em seu país.

Denis aborda também o silêncio da mídia sobre o assunto em todo o mundo – visto que a maioria dos jornalistas e repórteres são homens!

Em seguida, aborda Rochelle G. Saidel, uma acadêmica norte-americana e fundadora do Remember the Women Institute que começou a investigar o tema do abuso sexual durante o Holocausto. Não havia documentação sobre crimes sexuais durante o período do Holocausto, mas não porque a mesma não existisse. Assim, descobriram-se provas de prática generalizada de abusos sexuais. Muitas mulheres ficaram em silêncio após o fim da guerra por causa do

medo de comprometerem seus futuros (casamento, família etc.). Da mesma forma, Denis lembra também que nos julgamentos de Nuremberg, não houve nenhum caso de acusação por crimes sexuais.

No ano de 2018, Denis viajou para a Coreia do Sul onde ouviu várias mulheres. Eram vidas destruídas em décadas de silêncio. Muitas foram violadas pelo Estado Japonês durante a guerra com a China. Meninas eram retiradas de seus pais na Coreia do Sul com a desculpa de que precisariam trabalhar em uma fábrica para ajudar o Japão. Então, eram violadas, vindo um homem atrás do outro. Diz uma das sobreviventes: “E mal um acabava, entrava o seguinte”. (p. 268). Conforme o autor, hoje “a Coreia do Sul é, talvez, um dos países do mundo mais sensibilizados para a questão da violência sexual em contextos de guerra”. (p. 266).

O autor ressalta que não devemos afirmar que todos os soldados são violadores. No entanto, não devemos esquecer que há soldados valorosos e outros que são predadores. E que as mulheres agredidas merecem ser lembradas, cuidadas e compensadas como os veteranos feridos ou os prisioneiros de guerra. “As suas feridas podem não ser visíveis, mas podem durar uma vida inteira”. (p. 272).

Enfim, após anos de luta, ainda em 2018, o Comitê Nobel premiou ao médico e também à Nadia Murad (que se tornou o rosto do sofrimento das mulheres yazidis no contexto das violações promovidas pelo Estado Islâmico) com o Prêmio Nobel da Paz. Assim, Denis sentiu que o mundo finalmente parecia estar dando atenção às mulheres do Congo. “O Prêmio Nobel foi o reconhecimento de que o seu trabalho e sacrifício não haviam sido em vão”. (p. 277).

No relatório final, entregue ao Gabinete do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, terminava com a sugestão para a criação de um fundo internacional para sobreviventes, financiado por doadores. A ideia nunca passou do papel – **a não ser o Brasil que se comprometeu a doar um milhão de dólares.**

O cheque de 500 mil dólares do Prêmio Nobel que Denis recebeu o auxiliou para comprar um terreno em Kinshasa, a capital congoleza, onde será construída outra unidade para sobreviventes.

Esse capítulo é encerrado com uma pergunta provocadora que certamente nos levará ao conteúdo do próximo capítulo:

Se queremos evitar as violações, temos de começar por perguntar-nos por que está o mundo cheio de homens com uma educação tão deficiente e um comportamento tão pobre — e o que terá levado os homens bons e respeitadores a permanecerem calados durante tanto tempo. (p. 283-284).

9. Os homens e a masculinidade

Esse é um capítulo muito importante, pois aborda como os homens podem ser transformados a ponto de se tornarem colaboradores eficazes na luta das mulheres.

Denis afirma que recebeu uma boa educação em casa. Enquanto é tradição que nas famílias congolenses apenas as meninas auxiliem no serviço de casa, esse não era o caso da família Mukwege: desde cedo, Denis foi colocado para auxiliar sua mãe e irmãs nas tarefas da casa, como lavar a louça e a roupa. Embora no começo achasse aquilo estranho, ao chegar à adolescência, Denis habituou-se e acabou por gostar da sensação de autonomia e de contributo que essas obrigações lhe proporcionavam. E acabou que a perspectiva igualitária de sua mãe impactou o modo como via as mulheres.

Denis nos conta que as grávidas do hospital que já possuem uma ou duas filhas ficam ansiosas para saber o sexo do próximo filho. Muitas precisaram ser consoladas quando souberam que esperavam outra menina. Muitas também tinham medo de voltar para casa porque os maridos podiam bater nelas por estarem grávidas de meninas. Isso acontece porque no Congo, legalmente apenas os homens da família têm direito a herança dos pais. No fim, a mensagem é sempre a mesma: a vida dos homens é superior à das mulheres.

Denis diz:

Quanto mais os rapazes e homens forem induzidos a acreditar que são superiores, que as suas vidas são mais importantes, maior será a probabilidade de concluírem que têm o direito de dominar e maltratar fisicamente as filhas e irmãs dos outros. (p. 290).

Em todo o mundo, percebe-se também a disparidade salarial entre homens e mulheres: “A disparidade era de cerca de 18% nos Estados Unidos e no Canadá, 24% no Japão e 16% no Reino Unido”. (p. 293). Assim,

Disparidade salarial, legislação discriminatória, convenções sociais dominadas pelos homens, divisão não equitativa do trabalho doméstico e sub-representação das mulheres em posições de autoridade, a que voltarei mais adiante, são aspectos que sublinham a mensagem corrosiva de que as vidas das mulheres têm menos valor do que as dos homens. (p. 294).

No Congo, as meninas não têm acesso à educação. Não por causa da legislação, mas por causa dos custos. As escolas em todas as regiões do Congo são privadas e dirigidas por organizações religiosas. Quando uma família tem condição de enviar algum filho para a escola, enviam o filho homem. Na verdade, **as mulheres são desumanizadas e consideradas bens imóveis que são transferidas de uma família para outra quando se casam, trocando o sobrenome do pai pelo do marido.**

Também o trabalho doméstico é pesado para as mulheres. Em comunidades ruais, as tarefas de cozinhar e limpar recaem sempre nas mulheres, além de serem responsáveis pelas culturas agrícolas que alimentam a família, executando uma grande parte do trabalho duro, que inclui semear, plantar e colher mandioca, batata-doce, inhame, feijão e milho. Quando terminam o trabalho no campo, são elas mesmas que vendem os produtos no mercado. Enquanto isso, os homens detêm o poder econômico, pois são eles que gerem o orçamento familiar.

Em 2010, começou-se um trabalho na tribo Warega com seminários para maridos e jovens solteiros. Em dado momento, os homens tiveram que fazer uma lista de obrigações que as mulheres cumpriam em silêncio e sem se queixarem. Eles se assustaram! Ao serem perguntados sobre o motivo, diziam que era assim desde seus pais e avós. Nos seminários se abordou também o tema da menstruação. No fim, a ideia era criar uma consciência para que começassem a auxiliar nas tarefas de casa. Isso, inclusive, aumentaria a produção e a renda familiar. Embora alguns mais velhos tenham mostrado resistência, alguns mais jovens aceitaram o desafio. Então, “regressaram e explicaram aos outros como conseguiam produzir mais trabalhando em conjunto com as mulheres. Os rendimentos obtidos permitiam-lhes ter uma vida mais sólida”. (p. 302).

Denis agradece à sua mãe por o ter educado da maneira que educou, mas também ao seu pai que nunca levantou a mão para os filhos e a mulher. Com isso, o autor aborda o difícil tema da **violência doméstica**. Houve uma pesquisa sobre o assunto:

Os investigadores concluíram que a exposição à violência doméstica na infância — seja contra a mãe, seja contra o próprio — está intimamente ligada à probabilidade de um indivíduo perpetrar atos violentos contra terceiros na idade adulta.[4] Esta conclusão vem confirmar o que sabemos ser verdade com base na nossa experiência: que as crianças imitam as referências que têm. Por outras palavras, os pais que batem nos filhos ou nas mulheres aumentam a probabilidade de os filhos virem a ter comportamentos violentos para com outras pessoas no futuro. (p. 304).

Nas casas, a maioria dos castigos corporais são aplicados pelos pais. Assim,

Os rapazes interiorizam a lição de que o uso da força é, de alguma maneira, um traço característico da masculinidade, uma forma aceitável de exercer a disciplina e o controlo. Chegados à idade adulta, recorrem à força ou à intimidação sempre que são confrontados com oposição ou obstáculos. Além do reforço constante da mensagem de que as suas vidas são mais importantes, os pais e a sociedade em geral consolidam nos rapazes, de forma explícita, a mensagem de que ser homem e másculo tem que ver com força e dureza: encorajamo-los a não chorar, convencemo-los de que revelar sinais de fraqueza ou sensibilidade significa ser de alguma maneira «feminino»; dizemos-lhes para não mostrarem medo ou receio. (p. 306).

Dada a importância das palavras de Denis, faço mais uma citação literal:

Enquanto adultos, pais e cuidadores somos responsáveis por projetar nas nossas crianças estes traços de carácter masculinos prejudiciais. Creio que a «masculinidade» é algo adquirido pelas crianças no decurso da vida. Não é uma característica inata. É uma construção social. Algo que os rapazes vestem à medida que se desenvolvem, como se fossem camadas de roupa. O resultado final pode ser tão diverso quanto a afirmação parece sugerir. O problema é que obrigamos muitas crianças a usarem um colete-de-forças constituído por tudo aquilo que os homens devem ser. (p. 307).

Assim, os meninos são criados para que interiorizem que são superiores e que o uso da força física é aceitável, e até necessário, para se fazerem respeitar – isso é ridículo! O caminho precisa ser outro. Um caminho humano e cheio de liberdade:

Temos de educar os rapazes sem as ideias preconcebidas de virilidade assentes na força, poder e dominação. Temos de lhes dar liberdade para exprimirem uma ampla variedade de emoções e não para reprimir as que são consideradas «femininas», como a compaixão, a bondade e a sensibilidade. Além disso, temos de conversar muito mais com eles acerca de igualdade de género, de papéis de género, da importância de respeitar as mulheres e — algo muito importante — de sexo. (p. 308).

As mães têm maior abertura para conversar sobre a sexualidade com suas filhas quando chega o momento. As meninas são orientadas sobre a gravidez e o risco de serem violadas. Já aos meninos não é dito nada. Pressupõe-se que já sabem tudo sobre o sexo e, inclusive, não saber seria para eles uma vergonha. Na verdade, é preciso dizer aos filhos: **Não violem!** “Mas quantos pais se sentam a conversar com os filhos sobre o significado de consentimento?” (p. 309).

Além disso tudo, há outro problema grave atualmente: **a pornografia**. Denis diz:

todos devíamos concordar que os sítios Internet mais concorridos publicam conteúdos graves e pouco saudáveis, mostrando atos aviltantes e muitas vezes coercivos cometidos contra mulheres em geral submissas. Pornhub, o maior sítio pornográfico de acesso livre do mundo, que, em 2019, registou 42 mil milhões de consultas,

beneficiou da exploração sexual na sequência da publicação, no seu portal, de vídeos que mostram raparigas menores de idade a serem violadas. (p. 311).

Denis diz também que “se não assumimos a nossa responsabilidade na educação sexual dos rapazes, existem indicações claras de que eles estão a receber ensinamentos através de vídeos obscenos”. (p. 312). Uma meta-análise publicada em dezembro de 2015 no *Journal of Communication* por três académicos dos EUA analisou os efeitos da exposição a conteúdos pornográficos com base nos resultados de 22 estudos realizados em 7 países diferentes:

Os dados acumulados deixam pouca margem à dúvida de que, em média, os indivíduos que consomem pornografia são mais suscetíveis de terem comportamentos conducentes à agressão sexual e a cometerem atos de agressão sexual efetiva do que os indivíduos que não consomem pornografia ou que o fazem com menos frequência. (p. 312).

Denis salienta que a facilidade de acesso à pornografia exige que se fale cada vez mais e de maneira mais aberta sobre o assunto, especialmente destacando o quanto a pornografia retrata experiências sexuais que são, com frequência, irrealistas e pouco saudáveis.

Agora, ao final do capítulo, surge uma das questões mais importantes: “**A causa dos direitos das mulheres não é em exclusivo para as mulheres. Os homens têm de associar-se a ela**”. (p. 315). Segue uma longa e importante citação literal: homens

precisam de falar sobre a violência sexual. Precisam de adotar e pôr em ação modelos alternativos de ser homem, provando assim que podem ser fortes e sensíveis, corajosos e compassivos, resistentes e também emotivos, e tudo o mais que há de permeio. Precisam de reservar mais tempo para conversar, honesta e abertamente, com os filhos adolescentes sobre os direitos das mulheres. Nunca como hoje existiram tantos homens tão bem informados e tão solidários com o movimento dos direitos das mulheres e a luta para erradicar a violência sexual. Têm de passar à fase seguinte, deixar de ser apoiantes passivos e tornar-se participantes ativos na mudança social de que necessitamos. A responsabilidade pela alteração das leis, exigência de justiça, denúncia de agressores, intervenção comunitária e mudança da educação dada às crianças não pode ficar apenas a cargo das mulheres. (p. 315).

Portanto, “**este é um problema que diz respeito a toda a humanidade e não a metade dela**”. (p. 315).

10. Liderança

Ao longo de sua carreira, Denis conheceu várias pessoas em posições de liderança, desde políticos, religiosos, até empresários e lideranças comunitárias. Na visão do autor, os dirigentes da sociedade precisam remar todos para o mesmo lado para que mudanças verdadeiras comecem a acontecer no sentido da erradicação da violência sexual e da erradicação da guerra contra os corpos das mulheres.

Em seguida, o autor aborda os anos de ataques e violações em massa de mulheres yazidis por parte do Daesh no Iraque. O Daesh foi criado a partir do que restou de grupos extremistas como a al-Qaeda, que combateu as forças norte-americanas durante a ocupação do Iraque pelos Estados Unidos a partir de 2002. Os Daesh desumanizam os yazidis, descrevendo-os como adoradores do demônio e apóstatas.

Quando mulheres escravizadas pelo Daesh fogem ou são libertadas, não são aceitas pelas suas famílias. Em alguns contextos, mesmo elas sendo as vítimas, são condenadas à morte por serem consideradas imorais e seus filhos desprezados.

Em sua visita ao Iraque, Denis procurou auxiliar as lideranças locais em uma reflexão sobre o assunto. Assim, em uma atitude corajosa, o líder Baba Sheik declarou que os bebês dados à luz por mulheres violadas deveriam ser tratados como yazidis – o yazidismo é uma religião fechada que não aceita conversões, mas conseguiu dar esse passo de compaixão e progresso. Assim, as crianças eram batizadas para simbolizar o renascimento. Uma atitude sensata.

Então, o autor faz uma longa reflexão espiritual (ou teológica?) sobre o papel de lideranças religiosas no combate à violência sexual, confessando também a sua fé. Faço questão de destacar essa longa parte do texto literalmente:

Todos os líderes religiosos, os guardiães dos costumes e crenças que orientam a vida de cristãos, muçulmanos, judeus e das nossas inúmeras confissões, têm a capacidade, e acredito que também a responsabilidade, de tornar as nossas sociedades lugares mais recetivos e acolhedores para as mulheres. Eles detêm o poder moral e espiritual para marcar a diferença.

A mudança tem de vir de cima para estimular e influenciar os que estão na base. Como tenho afirmado repetidamente, a violência sexual é uma consequência da hierarquia de género, que considera as vidas masculinas superiores às femininas. É necessário reconhecer o papel da religião na imposição da dominação masculina e da submissão feminina.

Digo-o enquanto cristão e filho de um pastor. Eu próprio sou pastor de uma pequena igreja de Bukavu, na paróquia do meu pai. Alguns dos que me rodeiam perderam a capacidade de acreditar, concluindo que lhes era impossível aceitar a ideia de um Deus misericordioso que assistiu, impávido e sereno, a mais de duas décadas de morticínio no Congo. Sem a minha fé, sei que não teria conseguido manter a perseverança ao longo de todos estes anos.

Começo o dia com uma oração centrada nos valores que considero mais importantes: amor, compaixão, humildade para com Deus e com os outros, integridade e solidariedade. Vou à igreja quando sinto que é seguro assistir ao serviço religioso. A minha Bíblia é a minha companheira de viagem mais preciosa.

A minha relação com Deus é muito pessoal. De facto, vejo-me como um crente, embora não me considere necessariamente uma pessoa religiosa. As religiões são construções ideológicas, interpretações de textos fundadores assinados por figuras notáveis do passado. Estas interpretações são o trabalho de homens que, em geral, serviram-se das posições de poder para consolidarem os seus preconceitos.

Cabe-nos decidir se as aceitamos como leis fixas e imutáveis, tão sólidas como as pedras do templo de Lalish, o Muro das Lamentações, Meca ou as nossas igrejas e catedrais; ou se aceitamos que os dogmas devem evoluir, da mesma maneira que os nossos célebres edifícios religiosos têm sido reconstruídos, modificados, ampliados, moldados, marcados pela ação do tempo e alterados pela mão humana ao longo do tempo.

Nos meus sermões durante os serviços religiosos, insisto sempre em referir que o melhor lugar para conhecer Deus é dentro de nós, nos nossos pensamentos íntimos e nas nossas consciências. Tudo o que seja exterior a este santuário interior é trabalho do ser humano, com todos os seus vícios e imperfeições. Para mim, Deus está no princípio e no fim de tudo, é uma força universal que explica o inexplicável, incluindo a perfeição da natureza, da música ou da arte, e isso exorta-nos a amar e a cuidar uns dos outros.

Apesar de tudo o que testemunhei sobre a capacidade humana para o egoísmo e o mal, continuo a acreditar que, salvo raras exceções, somos seres intrinsecamente virtuosos e criados à imagem de Deus. Basta observar as crianças muito pequenas e ver a sua inocência, vivacidade e pureza para acreditar nisso. A sua bondade, a sua santidade, representam a verdadeira natureza humana antes de ser transformada pela sociedade, por regras, códigos e — sejamos francos —, ocasionalmente, por práticas religiosas perniciosas. Só no interior de nós podemos meditar nas nossas qualidades originais e reatar o elo que nos liga a elas, em diálogo com Deus.

Não encontro provas concludentes nas Escrituras Sagradas cristãs de que as mulheres são seres inferiores aos homens ou que devem ser subjugadas. Depois de Adão veio Eva, para que o homem não tivesse de viver sozinho. Ambos foram criados como uma equipa, com base no pressuposto de que nenhum animal se igualaria a eles.

Assim, não vejo qualquer razão para outras práticas de exclusão e discriminação contra as mulheres, como, por exemplo, vedar-lhes o acesso a cargos de responsabilidade. O Evangelho de São Paulo — nomeadamente, a famosa referência na sua Primeira Epístola aos Coríntios, «as vossas mulheres estejam caladas nas igrejas» — tem sido usado para justificar o afastamento das mulheres do exercício do poder dentro da Igreja. Considerando que, no tempo da igreja primitiva, houve várias mulheres dirigentes, colegas de Paulo, é quase certo que esta afirmação foi mal interpretada e retirada do contexto. (p. 324-326).

Então, o autor aborda as diversas resoluções da ONU para que a violação de mulheres seja considerada crime de guerra e crime contra a humanidade. Várias lideranças políticas mundiais

têm se envolvido na discussão, embora a administração Trump e a Rússia sempre tem complicado as resoluções por as considerarem “progressistas” demais.

A liderança é algo fundamental. Os dirigentes nacionais são os únicos que tem a capacidade de alterar a legislação discriminatória, investir nos recursos policiais e judiciais necessários para proceder criminalmente contra perpetradores e promover uma verdadeira mudança através dos seus discursos e do exemplo pessoal. Porém, é preciso ir além: precisamos de mais mulheres em posições de poder para tornar os governos mais eficazes. Segue uma citação:

Sempre soube, por experiência própria, que, quando as mulheres alcançam o sucesso, nunca o fazem para elas. Não têm dificuldade em partilhar esse êxito com os maridos, os filhos e a comunidade a que pertencem. Isto torna-as mais disponíveis para ponderar o coletivo, e não o pessoal, no momento de tomar as decisões. Os homens tendem a ser mais orientados por preocupações individuais, como a riqueza pessoal, o sucesso e a ambição. (p. 338).

No fechamento do capítulo, Denis rememora a visita do Presidente da República Democrática do Congo, Kabila, ao hospital em Panzi no ano de 2010. O motivo da visita não foi o atendimento prestado no hospital às mulheres; na verdade, houve um incidente com um petroleiro na aldeia de Sange a pouco mais de 70 quilômetros a sul de Bukavu. O hospital recebeu muitos sobreviventes que estavam cheios de queimaduras.

Kabila foi ao hospital visitar aqueles homens queimados. Denis insistiu mais de uma vez para que Kabila ouvisse as mulheres – e o pedido foi rejeitado com grosseria e a ameaça de fechamento do hospital. Felizmente, o hospital nunca foi fechado. Em 2016, Kabila chegou ao final do seu mandato. Atualmente, Félix Tshisekedi é o presidente do país, vitorioso em uma eleição cheia de fraudes. Tshisekedi é do mesmo partido que Kabila.

Conclusão

Ao fim do livro, o autor nos conta uma experiência em que quase foi assassinado. Uma mulher que tinha um pé inchado e infetado foi até à casa do Denis com a filha para pedir que a levasse ao hospital. Mesmo estando exausto, decidiu levá-las. Ao retornar, Denis foi abordado por cinco homens que entraram em seu carro. O que estava ao seu lado pressionou a ponta de uma metralhadora contra seu estômago. Aquele seria o seu fim? Quando se preparava para ouvir o estalido da bala, ouviu-se um grito. Joseph, um dos empregados da casa, correu em sua direção. Joseph foi morto e caiu entre o carro e a porta da casa de Denis. Denis desmaiou e os assassinos fugiram. Depois, Denis percebeu que suas filhas também haviam sido mantidas reféns dentro de casa sob ameaça de morte.

Não houve nenhuma investigação sobre o fato e Joseph foi enterrado sem que ninguém tivesse examinado o seu cadáver. Diante da situação, Denis e a família decidiram sair do país – pois morto é que não poderia continuar com seu ativismo.

Denis e a família foram para os Estados Unidos. Acreditou que seria o fim da sua missão no Congo. Entretanto, um grupo de mulheres da ilha de Idjwi, no lago Kivu, tinha escrito uma carta ao Presidente Kabila exigindo segurança a Denis e sua família para que seu trabalho continuasse. Obviamente que Kabila nada fez. Então, Denis recebeu um telefonema do hospital de Bukavu. As mulheres de Idjwi decidiram elas mesmas fazerem um revezamento para a segurança do médico. Ao conversar com a família no jantar, decidiram retornar três meses após a partida.

Na chegada, havia uma multidão que festejava o regresso da família. No hospital, havia um mar de gente à espera com uma cerimônia de boas-vindas. Enquanto autoridades presentes fizeram discursos cheios de hipocrisia, as mulheres é que trouxeram a verdade:

“Se não querem proteger o doutor, nós tratamos disso!”, disse uma das mulheres, que foi içada para o estrado na cadeira de rodas, gesticulando na direção do governador e do chefe da polícia. “Esta noite, vinte e cinco de nós ficarão de guarda ao hospital, e quem quiser matar o doutor primeiro terá de matar vinte e cinco mães indefesas!”

Os seus discursos eram entremeados por cânticos e aplausos. “Dr. Mukwege, doutor, levante-se! Dr. Mukwege, virem-no de pé?”, cantaram. “Não tentem tocar-lhe, ou damos cabo de vós!” (p. 363).

Aquele foi um momento de virada na vida de Denis. Ele havia dedicado sua vida àquelas pacientes e agora, quando ele se encontrava em um momento difícil e de vulnerabilidade, elas se colocavam ao seu lado, mesmo que tivesse escapado com o corpo intacto – sem violação. Ele não estava sozinho! E após este fato, a segurança foi reforçada pela ONU.

O autor convida aos leitores a **romper os tabus em torno da violência sexual e a uma ação coletiva para garantir que o assunto seja debatido e abordado abertamente** e não varrido para debaixo do tapete.

É preciso mudar mentalidades. “A violência sexual devia ser uma prioridade das políticas públicas. Os nossos sistemas de justiça criminal têm de ser melhorados. É preciso criminalizar a violação na vida real e não apenas no papel”. (p. 366). Ele diz também:

Ajudar. Denunciar. Aderir ou colaborar com um coletivo. Exercer pressão sobre os seus representantes eleitos e as autoridades responsáveis pela aplicação da lei. E assumir o papel de educador servindo-se do seu próprio saber e conhecimento. (p. 366).

E faz esse convite pessoal:

Desafie o sexismo. Condene e denuncie comportamentos predatórios. Rejeite a culpabilização das vítimas. Explique o impacto do estigma e do trauma. Garanta uma distribuição equitativa de oportunidades entre homens e mulheres, rapazes e raparigas, no seio da sua família ou no local de trabalho.

E não se esqueça de ensinar os rapazes que lhe são próximos a serem respeitadores, para que não sejamos obrigados a proteger as nossas filhas. Se desempenhar funções educativas na sua comunidade — como jornalista, historiador, professor ou docente universitário —, o seu potencial para servir como uma força de mudança positiva é muito superior ao da maioria. E se for político ou um líder religioso ou comunitário, lembre-se de que as suas palavras e atos — assim como os seus silêncios e a sua inação — possuem a capacidade de curar ou causar dano a alguém. (p. 366-367).

Por fim, Denis compartilha seu desejo, seu sonho e sua esperança:

O meu maior desejo é que, um dia, as nossas enfermarias e casas-refúgio para mulheres violadas fiquem vazias, que os nossos serviços de aconselhamento e gabinetes de serviços jurídicos se tornem obsoletos. A minha esperança é que eu e os meus colaboradores possamos dedicarmo-nos muito mais à área da medicina que mais me motivava nos meus tempos de estudante, na década de 1980: a verdadeira maravilha que é o parto e a saúde materna. (p. 369).

Sonho com uma sociedade em que as nossas mães sejam reconhecidas como as heroínas que são, em que as raparigas nascidas na nossa maternidade sejam tão celebradas quanto os rapazes e as mulheres cresçam sem temer a violência.

Tenho esperança num mundo em que as mulheres gozem das mesmas oportunidades de desenvolvimento profissional e sentimento de júbilo e realização que os homens e onde o poder político seja partilhado de forma equitativa. (p. 369-370).

Enfim, “Acredito no poder das mulheres”. (p. 369).